



## Plano de Ensino

Universidade Federal do Espírito Santo

Campus de Goiabeiras

Curso: Gemologia

Departamento Responsável: Departamento de Gemologia

Data de Aprovação (Art. nº 91): 14/12/2022

DOCENTE PRINCIPAL : NEIVA LIMA DOS SANTOS BUAIZ

Matrícula: 120892

Qualificação / link para o Currículo Lattes: Neiva Lima dos Santos Buaiz CPF: 560.568.187-72

Disciplina: CONSENTIMENTOS MINERÁRIOS

Código: GEM06690

Período: 2023 / 1

Turma: 01

Carga Horária Semestral: 60

### Distribuição da Carga Horária Semestral

Créditos: 3	Teórica	Exercício	Laboratório
	45	15	0

### Ementa:

Introdução ao Direito Minerário: O direito minerário brasileiro, Regime constitucional dos recursos minerais, Solo e subsolo, Jazidas e Minas, Classificação das minas, Partes integrantes de mina, O minério extraído; Regimes de aproveitamento mineral: O requerimento de pesquisa, Direito de prioridade, Consentimentos para pesquisa, Consentimentos de lavra, Manifesto de mina, Proteção especial a atividade mineral, Aplicação do direito ambiental a mineração; código de mineração.

### Objetivos Específicos:

Levar ao discernimento acerca dos principais conceitos e aplicação da Natureza Jurídica do Consentimento para pesquisa mineral do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Relações Jurídicas dos minerais industriais e a cadeia produtiva de gemas, jóias e afins. Estudar e aplicar as relações jurídicas existentes nas questões étnico-racial e do povo indígena. Compreender e aplicar as políticas educacionais relacionadas com as questões étnico-racial. Proporcionar aos alunos, conhecimentos da Legislação Mineral adequada e identificação de impactos ambientais. Conhecer os riscos da atividade mineral, estudar e aplicar o Código de Mineração e a Constituição Federal nas questões de mineração e étnico-racial.

### Conteúdo Programático:

Conteúdo Programático:

1. Introdução ao Direito Minerário: pág. 13 a 40, capítulo I da bibliografia recomendada e questões étnico-racial da bibliografia conjugado com CF.

- 1.1 História do Direito Minerário;
- 1.2 A influência de outros Países na Mineração Brasileira;
- 1.3 A Realidade Nacional da Mineração Brasileira;
- 1.4 História e cultura Afro-Brasileira e Africana
- 1.5 A influência do negro na mineração brasileira
- 1.6 A importância das Leis 10.639 de 09/01/2003 e 12.711 de 29/08/2012 (relações étnicas raciais)
- 1.7 História e cultura dos povos indígenas e os conflitos sobre demarcações de suas terras.
- 1.8 Comandos da Legislação Minerária;
- 1.9 Definição de Jazida, Mina e Lavra;
- 1.10 Garimpagem, Faiscação e Cata.

Nota: o item 1. Será ministrado em 3 aulas

2. Regime Constitucional dos Recursos Minerais;
- 2.1 Relações Jurídicas no Direito Minerário;
- 2.2 Solo, Subsolo, Jazidas e Minas;
- 2.3 Classificação das Minas;
- 2.4 Partes Integrantes das Minas;
- 2.5 Características do Direito Minerário;
- 2.6 O Minério Extraído.

Nota: o item 2 será ministrado em 2 aulas

3 Os Regimes de Aproveitamento Mineral: pag. 115 a 148, capítulo III da bibliografia recomendada.

- 3.2 Aproveitamento Mineral;
- 3.3 Requerimento de Pesquisa;
- 3.4 Direito de Prioridade;
- 3.5 Consentimento para Pesquisa;
- 3.6 Consentimento para Lavra;
- 3.7 Consentimento Municipal;
- 3.8 Consentimento para Lavra Garimpeira;
- 3.9 Consentimento para Exploração Pública;
- 3.10 Monopólio;
- 3.11 Manifesto de Mina.

Nota o item 3 será ministrado em 5 aulas

4. Proteção Especial à Atividade Mineral: pág. 151 a 168, capítulo IV da bibliografia recomendada.

- 4.1-Risco da Atividade, Sanções e Nulidades, Caducidade;
- 4.2-Penhora de Partes Integrantes da Mina;
- 4.3-Aplicação do Direito Ambiental à Mineração;
- 4.4-Regras para a boa aplicação do Direito Ambiental;
- 4.5-Busca do Desenvolvimento e Proteção Ambiental;
- 4.6-Certificado de Kimberley (SCP)
- 4.7-CEFEM e aplicação dos recursos.

Nota: o item 4 será ministrado em 3 aulas

5.Código de Mineração: pág. 171 a 213 da bibliografia recomendada.

- 5.1-Instituição e Aplicação (Decreto-Lei Nº 227, de 27/02/1967);
- 5.2-Regulamento do Código de Mineração - Decreto Nº 62.934, de 2/04/1968;
- 5.3-Constituição Federal de 1988;
- 5.4-Legislação Aplicada;
- 5.5-Colocações Finais.

Nota: o item 5 será ministrado em 2 aulas

#### **Metodologia:**

Procedimentos:

A disciplina será ministrada por meio de:

- Aulas presenciais das 14:00 as 18:00 horas, de 1:00 hora/aula cada totalizando 4 horas aula por semana totalizando 60:00 horas aula no semestre, e através da plataforma Google/meet e/ou Classroom, com participação direta do professor teremos atividades/exercícios e pesquisa direcionadas dos temas definidos pelo professor, cumprindo todo o programa estabelecido na Letra C do Plano de Ensino. Participação dos alunos matriculados.

Recursos:

- Aulas presenciais com utilização de: Quadro, pinceis, Vídeos, slides e exploração de textos diversificados.
- Projetor de multimídia (Datashow);
- Orientação na pesquisa para baixa de obras específicas.
- Plataforma Google/meet.- Classroom exercícios .

#### **Critérios / Processo de avaliação da Aprendizagem :**

O sistema de avaliação será estruturado como se segue:

- a) Participação nas aulas (75% de presença obrigatória).
  - b) Dois trabalhos individuais ou em grupo escritos.
  - c) Duas provas escritas, uma no meio do semestre e outra no final e prova final/calendário de provas /UFES, para os alunos que não alcançaram média 7,0.
  - d) A nota final do aluno será obtida através da soma das notas auferidas durante o período/semestre (provas escritas / dois trabalhos escritos e apresentação/seminário, +presença obrigatória de 75% ), enviados para o e-mail do professor: neivabuaiz9@gmail.com
  - e).As notas obtidas bem como a média final serão enviadas para cada aluno via e-mail.
  - f).Os alunos que obtiverem média parcial inferior a 7,0 terão o direito a fazer prova final, devendo alcançar média final igual ou superior a 5,0 para aprovação.
  - g) Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas presencialmente. O não cumprimento dessa exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações.
  - h) Alunos com necessidades especiais terão suas avaliações em conformidade com as necessidades apresentadas.
- NOTA: Os temas dos trabalhos serão sugeridos e orientados pela professora e terão os seguintes pesos: de 0 a 10 cada trabalho, levando em consideração a média aritmética de ambos os trabalhos, notas das provas escritas acrescidas da nota da frequência, (média aritmética). totalizando 100%.

#### **Bibliografia básica:**

ARRUDA, A. T. Normas regulamentares de mineração. Brasília: Ministério de Minas e Energia – Departamento de Produção Mineral, 1988. BEDRAN, E. A mineração à luz do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Alba, 1957, v. I, II e III.

Código de Mineração e Legislação corretiva. Ministério das Minas e Energia. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1987. FREIRE, W. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral. Belo Horizonte. Revista de Direito Minerário, 2005. GODINHO, T. M. A conceituação jurídica de autorização de pesquisa e da concessão de lavra. Brasília: IBRAM, 1990.

#### Bibliografia complementar:

SILVA, Cristiane Rodrigues Araujo - **Meio Ambiente Cultural e Tutela Jurídica dos Povos Indígenas na Sociedade de Informação**. São Paulo: Editora Fiuza 2012, v.2/Coordenador: Celso Antônio Pacheco Fiorillo.

ARRUDA, A. T. **Normas regulamentares de mineração**. Brasília: Ministério de Minas e Energia – Departamento de Produção Mineral, 1988.

BEDRAN, E. **A mineração à luz do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Alba, 1957, v. I II e III.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

SILVA, Cristiane Rodrigues Araujo - **Meio Ambiente Cultural e Tutela Jurídica dos Povos Indígenas na Sociedade de Informação**. São Paulo: Editora Fiuza 2012, v.2/Coordenador: Celso Antônio Pacheco Fiorillo.

#### Cronograma:

Aula	Data	Descrição	Exercícios	Observações
01	20/03/2023	Apresentações pessoais, de material e critérios de avaliação.		
02	27/03/2023	História do Direito Minerário; A influência de outros Países na Mineração Brasileira; A Realidade Nacional da Mineração Brasileira;	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
03	03/04/2023	História e cultura Afro-Brasileira e Africana A influência do negro na mineração brasileira A importância das Leis 10.639 de 09/01/2003 e 12.711 de 29/08/2012 (relações étnicas raciais)		Disponibilizado na plataforma Google Classroom
04	10/04/2023	História e cultura dos povos indígenas e os conflitos sobre demarcações de suas terras.		Disponibilizado na plataforma Google Classroom
05	24/04/2023	Comandos da Legislação Minerária; Definição de Jazida, Mina e Lavra; Garimpagem, Faiscação e Cata.		Disponibilizado na plataforma Google Classroom
06	08/05/2023	Regime Constitucional dos Recursos Minerais; Relações Jurídicas no Direito Minerário; Solo, Subsolo, Jazidas e Minas	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
07	15/05/2023	Classificação das Minas; Partes Integrantes das Minas; Características do Direito Minerário;	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	

Aula	Data	Descrição	Exercícios	Observações
		O Minério Extraído		
08	22/05/2023	Os Regimes de Aproveitamento Mineral: pag. 115 a 148, capítulo III da bibliografia recomendada. Aproveitamento Mineral; Requerimento de Pesquisa Direito de Prioridade;	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
09	29/05/2023	Consentimento para Pesquisa; Consentimento para Lavra;	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
10	05/06/2023	Consentimento Municipal; Consentimento para Lavra Garimpeira; Consentimento para Exploração Pública; Monopólio	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
11	12/06/2023	Manifesto de Mina.	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
12	19/06/2023	Proteção Especial à Atividade Mineral: pág. 151 a 168, capítulo IV da bibliografia recomendada. -Risco da Atividade, Sanções e Nulidades, Caducidade	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
13	26/06/2023	Penhora de Partes Integrantes da Mina; Aplicação do Direito Ambiental à Mineração;	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
14	03/07/2023	Regras para a boa aplicação do Direito Ambiental; -Busca do Desenvolvimento e Proteção Ambiental	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
15	10/07/2023	-Certificado de Kimberley SCPK -CEFEM e aplicação dos recursos. Código de Mineração: pág. 171 a 213 da bibliografia recomendada. -Instituição e Aplicação Decreto-Lei Nº 227, de 27/02/1967;- Regulamento do Código de Mineração - Decreto Nº 62.934, de 2/04/1968;	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
16	17/07/2023	-Constituição Federal de 1988; -Legislação Aplicada; -Colocações Finais.	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
17	24/07/2023	Prova Final		

**Observação:**

Observação 1: AS BIBLIOGRAFIAS DIGITAIS DE RECONHECIDAS RELEVÂNCIAS SERÃO SUGERIDAS À TURMA DE ACORDO COM A DEMANDA DOS ALUNOS AO LONGO DO SEMESTRE.

Observação 2:

NOSSAS AULAS SERÃO PRESENCIAIS:

DE 14:00 AS 18:00 HORAS TOTALIZANDO: 60:00 HORAS/AULA - (AULA PRESENCIAL, VIDEOS, SLIDES, ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS)

TOTALIZANDO 60 HORAS AULAS CONFORME PLANO DE ENSINO

